



MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL



SIMULADO FINAL

MP AL

**Analista Do Ministério Público
Área Jurídica - Pós-Edital**

Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **MP-AL**, cargo de **Analista do Ministério Público - Área jurídica**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/PjYyvdAu6MURC19A>

- | | | | | |
|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| 01 - (A)(B)(C)(D)(E) | 13 - (A)(B)(C)(D)(E) | 25 - (A)(B)(C)(D)(E) | 37 - (A)(B)(C)(D)(E) | 49 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 02 - (A)(B)(C)(D)(E) | 14 - (A)(B)(C)(D)(E) | 26 - (A)(B)(C)(D)(E) | 38 - (A)(B)(C)(D)(E) | 50 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 03 - (A)(B)(C)(D)(E) | 15 - (A)(B)(C)(D)(E) | 27 - (A)(B)(C)(D)(E) | 39 - (A)(B)(C)(D)(E) | 51 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 04 - (A)(B)(C)(D)(E) | 16 - (A)(B)(C)(D)(E) | 28 - (A)(B)(C)(D)(E) | 40 - (A)(B)(C)(D)(E) | 52 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 05 - (A)(B)(C)(D)(E) | 17 - (A)(B)(C)(D)(E) | 29 - (A)(B)(C)(D)(E) | 41 - (A)(B)(C)(D)(E) | 53 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 06 - (A)(B)(C)(D)(E) | 18 - (A)(B)(C)(D)(E) | 30 - (A)(B)(C)(D)(E) | 42 - (A)(B)(C)(D)(E) | 54 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 07 - (A)(B)(C)(D)(E) | 19 - (A)(B)(C)(D)(E) | 31 - (A)(B)(C)(D)(E) | 43 - (A)(B)(C)(D)(E) | 55 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 08 - (A)(B)(C)(D)(E) | 20 - (A)(B)(C)(D)(E) | 32 - (A)(B)(C)(D)(E) | 44 - (A)(B)(C)(D)(E) | 56 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 09 - (A)(B)(C)(D)(E) | 21 - (A)(B)(C)(D)(E) | 33 - (A)(B)(C)(D)(E) | 45 - (A)(B)(C)(D)(E) | 57 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 10 - (A)(B)(C)(D)(E) | 22 - (A)(B)(C)(D)(E) | 34 - (A)(B)(C)(D)(E) | 46 - (A)(B)(C)(D)(E) | 58 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 11 - (A)(B)(C)(D)(E) | 23 - (A)(B)(C)(D)(E) | 35 - (A)(B)(C)(D)(E) | 47 - (A)(B)(C)(D)(E) | 59 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 12 - (A)(B)(C)(D)(E) | 24 - (A)(B)(C)(D)(E) | 36 - (A)(B)(C)(D)(E) | 48 - (A)(B)(C)(D)(E) | 60 - (A)(B)(C)(D)(E) |

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://bit.ly/4n8UDxu>

CONHECIMENTOS GERAIS**LÍNGUA PORTUGUESA***Felipe Luccas*

Para responder às questões de números 1 a 7, baseie-se no texto seguinte.

Neurônios de molho

Há meses, ao não me ocorrer o nome de uma rua em que Tom Jobim morara, resolvi consultar a IA. Digitei: "Em que ruas morou Tom Jobim no Rio?". A IA não vacilou: "Tom Jobim nunca morou nas ruas do Rio. Morou em casas e apartamentos de Ipanema, do Jardim Botânico etc.". Estupefato por aquela perfeita idiotice da objetividade, comecei a duvidar da auto-apregoadada inteligência da IA. Afinal, só uma caranguejola sem noção imaginária que Tom Jobim, de sólida classe média carioca muito antes de "Garota de Ipanema", um dia teria morado na rua.

Não me contive e escrevi uma coluna a respeito ("Tom pelas ruas"), zombando daquela lógica burra diante de uma pergunta tão simples. E me lembrei do nome da rua que procurava: a Codajás, entre o Leblon e a Gávea.

Mas quem sabe aquela não seria uma IA recém-saída dos juniores ou coisa assim? Daí perguntei-lhe: "Quem é você?". Veio a Gabarito: "Eu sou um modelo de linguagem grande, treinado pelo Google. Sou uma inteligência artificial projetada para processar informações, responder perguntas, traduzir idiomas, escrever diversos tipos de conteúdo e ajudar com tarefas criativas". E, modesta, concluiu: "Não sou uma pessoa real. Não tenho sentimentos, opiniões próprias ou consciência".

Algo na resposta me intrigou: o que seria "linguagem grande"? Fui lá e perguntei também. Ela: "Linguagem grande é um tipo avançado de inteligência artificial generativa baseado em redes neurais projetadas para entender, pesquisar e gerar textos humanos de forma fluida". O quê??? Ali me rendi. Por mais que duvidasse da inteligência do artifício, ao ler "redes neurais projetadas para gerar textos humanos" botei meus neurônios de molho.

Ontem, por acaso, surgiu-me de novo na tela a pergunta sobre em que ruas Tom morara. Fui reler a resposta. Surpresa: a informação de que ele nunca morara nas ruas desaparecera. E lá estava agora a resposta correta, com os endereços. Ou seja, a IA já se apropriara de parte dos meus neurônios.

Adaptado de: CASTRO, Ruy. Neurônios de molho. Folha de S.Paulo, 2026.

1. Com base no texto, o autor apresenta a inteligência artificial como:

- uma ferramenta que demonstra avanço significativo ao corrigir suas respostas, sinalizando capacidade de incorporar críticas externas.
- um sistema sofisticado de linguagem, mas que revela falhas de compreensão ao interpretar perguntas de sentido figurado.
- uma inovação tecnológica cujo funcionamento, baseado em redes neurais, supera amplamente a capacidade humana de raciocínio.
- uma ferramenta cujas limitações decorrem do despreparo dos usuários ao formularem suas perguntas.
- um recurso confiável para buscas precisas, embora ainda incapaz de lidar com questões subjetivas ou culturalmente complexas

2. Infere-se do texto:

- a) A IA revelou desconhecimento sobre a biografia de Tom Jobim ao não reconhecer os bairros cariocas em que o compositor viveu.
- b) O autor, ao escrever a coluna “Tom pelas ruas”, esperava que a repercussão do texto provocasse alguma correção no sistema de IA que havia consultado.
- c) O episódio narrado indica que o autor só passou a levar a sério o funcionamento técnico da IA depois de constatar, pela própria experiência, que o sistema era capaz de corrigir seus erros.
- d) A experiência narrada no texto leva o autor a concluir que a IA, embora processe linguagem com aparente sofisticação, não compartilha com o ser humano a mesma relação com o significado das palavras.
- e) A ironia do autor em relação à IA se dissolve ao final do texto, quando ele reconhece que o sistema é, de fato, mais confiável do que supunha.

3. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:

- a) *algo na resposta me intrigou* = identifiquei um equívoco na explicação apresentada.
- b) *por acaso, surgiu-me de novo na tela* = deliberadamente, reapareceu no mesmo contexto.
- c) *não me contive* = não consegui manifestar minha reação.
- d) *lá estava agora a resposta correta* = encontrava-se então a resposta pertinente.
- e) *E me lembrei do nome da rua que procurava* = ocorreu-me o nome da rua que buscava.

4. “Só uma caranguejola sem noção imaginaria que Tom Jobim, de sólida classe média carioca, um dia teria morado na rua.”

Reescrevendo-se o período acima começando por “**Imaginar que Tom Jobim teria morado na rua**”, a única complementação correta e que mantém o sentido original do texto é:

- a) seriam próprios de uma caranguejola sem noção, conquanto fosse de sólida classe média carioca.
- b) seria próprio de uma caranguejola sem noção, a menos que fosse de sólida classe média carioca.
- c) seriam próprios de uma caranguejola sem noção, uma vez que fosse de sólida classe média carioca.
- d) conquanto de sólida classe média carioca, seriam próprios de uma caranguejola sem noção.
- e) sendo ele de sólida classe média carioca, seria próprio de uma caranguejola sem noção.

5. Considere os seguintes trechos:

...resolvi consultar a IA. (1º parágrafo)

...comecei a duvidar da auto-apregoadada inteligência da IA. (1º parágrafo)

...zombando daquela lógica burra... (2º parágrafo)

Os termos sublinhados são corretamente substituídos por pronomes em:

- a) resolvi a consultar — comecei a duvidar dela — zombando-a
- b) resolvi consultá-la — comecei a duvidar-lhe — zombando-a
- c) resolvi lhe consultar — comecei a duvidar dela — zombando dela
- d) resolvi consultá-la — comecei a duvidar dela — zombando dela
- e) resolvi consultá-la — comecei a duvidar-lhe — zombando dela

6. *Por mais que duvidasse da inteligência do artifício, ao ler “redes neurais projetadas para gerar textos humanos” botei meus neurônios de molho.*

A relação estabelecida pela oração subordinada **por mais que duvidasse da inteligência do artifício** (4º parágrafo) em relação à principal é de:

- a) causalidade.
- b) explicação.
- c) concessão.
- d) finalidade.
- e) comparação.

7. O verbo empregado em sentido figurado está sublinhado em:

- a) ...ao não me ocorrer o nome de uma rua em que Tom Jobim **morara**...
- b) ...digitei: “Em que ruas **morou** Tom Jobim no Rio?”
- c) ...comecei a **duvidar** da auto-apregoadada inteligência da IA.
- d) ...a IA já se **apropriara** de parte dos meus neurônios.
- e) ...e lá **estava** agora a resposta correta, com os endereços.

Para responder às questões de números 8 a 13, baseie-se no texto seguinte.

Tecnologia

Luís Fernando Veríssimo

Para começar, ele nos olha na cara. Não é como a máquina de escrever, que a gente olha de cima, com superioridade. Com ele é olho no olho ou tela no olho. Ele nos desafia. Parece estar dizendo: vamos lá, seu desprezível pré-eletrônico, mostre o que você sabe fazer. A máquina de escrever faz tudo que você manda, mesmo que seja a tapa. Com o computador é diferente. Você faz tudo que ele manda. Ou precisa fazer tudo ao modo dele, senão ele não aceita. Simplesmente ignora você. Mas se apenas ignorasse ainda seria suportável. Ele responde. Repreende. Corrige. Uma tela vazia, muda, nenhuma reação aos nossos comandos digitais, tudo bem. Quer dizer, você se sente como aquele cara que cantou a secretária eletrônica. É um vexame privado. Mas quando você o manda fazer alguma coisa, mas manda errado, ele diz “Errado”. Não diz “Burro”, mas está implícito. É pior, muito pior. Às vezes, quando a gente erra, ele faz “bip”. Assim, para todo mundo ouvir. Comecei a usar o computador na redação do jornal e volta e meia errava. Nunca sabia se estava fazendo o certo, até que ele vinha: “Bip!” “Olha aqui, pessoal: ele errou.” “O burro errou!”

Outra coisa: ele é mais inteligente que você. Sabe muito mais coisa e não tem nenhum pudor em dizer que sabe. A gente nunca sabe se ele está certo ou se só parece estar. Esse negócio de que qualquer máquina só é tão inteligente quanto quem a usa não vale com ele. Está subentendido, nas suas relações com o computador, que

você jamais aproveitará metade das coisas que ele tem para oferecer. Que ele só desenvolverá todo o seu potencial quando outro igual a ele o estiver programando. A máquina de escrever podia ter recursos que você nunca usaria, mas não tinha a mesma empáfia, o mesmo ar de quem só aguentava os humanos por falta de coisa melhor, no momento. E a máquina, mesmo nos seus instantes de maior impaciência conosco, jamais faria “bip” em público.

Dito isto, é preciso dizer também que quem provou pela primeira vez suas letrinhas dificilmente voltará à máquina de escrever sem a sensação de que está desembarcando de uma Mercedes e voltando à carroça. Está certo, jamais teremos com ele a mesma confortável cumplicidade que tínhamos com a velha máquina. É outro tipo de relacionamento, mais formal e exigente. Mas é fascinante. Agora compreendo o entusiasmo de gente como Millôr Fernandes e Fernando Sabino, que dividem a sua vida profissional em antes dele e depois dele. Sinto falta do papel e da fiel Bic, sempre pronta a inserir entre uma linha e outra a palavra que faltou na hora, e que nele foi substituída por um botão, que, além de mais rápido, jamais nos sujará os dedos, mas acho que estou sucumbindo. Sei que nunca seremos íntimos, mesmo porque ele não ia querer se rebaixar a ser meu amigo, mas retiro tudo o que pensei sobre ele. Claro que você pode concluir que eu só estou querendo agradá-lo, precavidamente, mas juro que é sincero.

Quando saí da redação do jornal depois de usar o computador pela primeira vez, cheguei em casa e bati na minha máquina. Sabendo que ela aguentaria sem reclamar, como sempre, a pobrezinha.

Disponível em: <https://maquinoleitura.blogspot.com/p/essa-cronica-muito-divertida-e-realista.html>

8. Em relação ao uso do computador, é correto afirmar que o autor
- a) reconhece que a relação com o computador, embora mais exigente, oferece a mesma cumplicidade que tinha com a máquina de escrever.
 - b) admite que está sendo conquistado pelo computador, ainda que saiba que jamais terá com ele uma relação de intimidade.
 - c) reconhece que os erros cometidos diante do computador, ainda que constrangedores, foram decisivos para que desenvolvesse intimidade com a máquina.
 - d) defende que, por mais que o computador cause constrangimento ao usuário com seus “bips” e correções, a máquina de escrever era igualmente exigente, apenas de maneira diferente.
 - e) sugere que a saudade da máquina de escrever e da Bic revela que, no fundo, ainda não se convenceu das vantagens do computador
9. As normas de concordância verbal estão plenamente observadas na frase:
- a) O que mais irritavam o narrador eram os "bips" que o computador emitia.
 - b) Não custam ao narrador reconhecer que o computador é mais inteligente do que ele.
 - c) Destaca-se, na relação do narrador com o computador, a mistura de irritação e fascínio que a máquina provoca nele.
 - d) Não é raro existirem no texto momentos em que o humor e a ironia revela o desconforto do narrador.
 - e) Não haverá de faltar, ao longo da crônica, momentos de humor que revela o lado humano do narrador diante da máquina
10. Deve-se empregar o sinal indicativo de crase no termo sublinhado em:
- a) O narrador passou a usar o computador na redação do jornal e logo percebeu que a máquina não obedecia como ele esperava.
 - b) Veríssimo descreveu as reações do computador diante dos erros cometidos por ele durante o trabalho na redação.
 - c) A admiração pela nova máquina só foi crescendo a partir de sua primeira experiência na redação do jornal.
 - d) A medida que ele foi usando o computador, foi deixando para trás a fiel máquina de escrever.
 - e) Usar o computador era algo completamente diferente, pois a máquina de escrever sempre obedecia sem impor condições ao usuário
11. Nos segmentos abaixo, o termo “que” é pronome relativo em:
- a) ele nos desafia, parece estar dizendo: vamos lá, seu desprezível pré-eletrônico, mostre que você sabe fazer.
 - b) Sinto falta do papel e da fiel Bic, sempre pronta a inserir entre uma linha e outra a palavra que faltou na hora.
 - c) está subentendido, nas suas relações com o computador, que você jamais aproveitará metade das coisas que ele tem para oferecer.
 - d) acho que estou sucumbindo.
 - e) quem provou pela primeira vez suas letrinhas dificilmente voltará à máquina de escrever sem a sensação de que está desembarcando de uma Mercedes

12. *Sei que nunca seremos íntimos, mesmo porque ele não ia querer se rebaixar a ser meu amigo, mas retiro tudo o que pensei sobre ele.*

Uma nova redação para o trecho acima, em que se mantêm a correção e, em linhas gerais, o sentido original, encontra-se em:

- a) Sei que nunca seremos íntimos, portanto ele não iria querer se rebaixar a ser meu amigo, porém retiro tudo aquilo que pensei sobre ele.
- b) Retiro tudo o que pensei sobre ele, ainda que sei que nunca seremos íntimos, mesmo porque ele não se rebaixaria a ser meu amigo.
- c) Retiro tudo o que pensei sobre ele, embora saiba que em momento nenhum seremos íntimos, até porque ele não se rebaixaria a ponto de ser meu amigo.
- d) Nunca seremos íntimos, eu sei; porquanto ele não ia querer se rebaixar a ser meu amigo, por isso retiro tudo o que pensei sobre ele.
- e) Como nunca seremos íntimos, mesmo porque ele não ia querer se rebaixar a ser meu amigo, retiro tudo o que pensei sobre ele

13. Estabelece no contexto uma relação de condição o termo sublinhado no seguinte trecho:

- a) *A gente nunca sabe se ele está certo ou se só parece estar.* (2º parágrafo)
- b) *Mas se apenas ignorasse ainda seria suportável.* (1º parágrafo)
- c) *Quer dizer, você se sente como aquele cara [...]* (1º parágrafo)
- d) *[...] mesmo porque ele não ia querer se rebaixar a ser meu amigo [...]* (3º parágrafo)
- e) *Nunca sabia se estava fazendo o certo [...]* (1º parágrafo)

Considere o trecho do romance *O Cortiço* para responder às questões de 14 a 20

Eram cinco horas da manhã e o cortiço acordava, abrindo, não os olhos, mas a sua infinidade de portas e janelas alinhadas.

Um acordar alegre e farto de quem dormiu de uma assentada sete horas de chumbo. Como que se sentiam ainda na indolência de neblina as derradeiras notas da última guitarra da noite antecedente, dissolvendo-se a luz loura e tenra da aurora, que nem um suspiro de saudade perdido em terra alheia.

A roupa lavada, que ficara de véspera nos coradouros, umedecia o ar e punha-lhe um farto acre de sabão

ordinário. As pedras do chão, esbranquiçadas no lugar da lavagem e em alguns pontos azuladas pelo anil,

mostravam uma palidez grisalha e triste, feita de acumulações de espumas secas.

Entretanto, das portas surgiam cabeças congestionadas de sono; ouviam-se amplos bocejos, fortes como

o marulhar das ondas; pigarreava-se grosso por toda a parte; começavam as xicaras a tilintar; o cheiro

quente do café aquecia os ânimos e suplantava a sonolência dos moradores; trocavam-se de janela para janela as primeiras palavras, os bons-dias; reatavam-se conversas interrompidas a noite; a pequenada cá fora traquinava já, e lá dentro das casas vinham choros abafados de crianças que ainda não andam. No confuso rumor que se formava, destacavam -se risos, sons de vozes que altercavam, sem se saber onde, grasnar de marrecos, cantar de galos, cacarejar de galinhas. De alguns quartos saíam mulheres que vinham pendurar cá fora, na parede, a gaiola do papagaio, e os louros, a semelhança dos donos, cumprimentavam-se ruidosamente, espanejando -se a luz nova do dia.

14. A vírgula foi empregada para separar itens de uma enumeração no trecho:

- a) A roupa lavada, que ficara de véspera nos coradouros, umedecia o ar.
- b) destacavam-se risos, sons de vozes que altercavam, sem se saber onde, grasnar de marrecos, cantar de galos, cacarejar de galinhas.
- c) Um acordar alegre e farto de quem dormiu de uma assentada sete horas de chumbo, dissolvendo-se a luz loura e tenra da aurora.
- d) As pedras do chão, esbranquiçadas no lugar da lavagem e em alguns pontos azuladas pelo anil, mostravam uma palidez grisalha e triste.
- e) trocavam-se de janela para janela as primeiras palavras, os bons-dias

15. Transpondo-se para a voz passiva a frase **O cheiro do café aquecia os ânimos e suplantava a sonolência dos moradores**, as formas verbais resultantes deverão ser:

- a) eram aquecidos — era suplantada
- b) aquecera — era suplantada
- c) era aquecido — foram suplantadas
- d) foi aquecido — era suplantada
- e) eram aquecidos — suplantara

16. É regular o emprego do elemento sublinhado na seguinte construção:

- a) O amanhecer que os moradores assistiam todos os dias tinha sempre o mesmo ritmo no cortiço.
- b) Da rotina do cortiço, de cuja ordem os moradores eram os responsáveis, faziam parte sons e cheiros inconfundíveis.
- c) O cheiro do café era o sinal em que os moradores esperavam para iniciar o dia.
- d) As conversas porque os moradores se animavam eram retomadas a cada manhã.
- e) Os papagaios, aos quais os donos tanto se assemelhavam, cumprimentavam-se ruidosamente

17. A expressão do trecho que realça um segmento da frase sem exercer função sintática está sublinhado em:

- a) O cortiço acordava, abrindo a sua infinidade de portas e janelas alinhadas.
- b) As pedras do chão mostravam uma palidez grisalha e triste.
- c) Ouviam-se amplos bocejos, fortes como o marulhar das ondas.
- d) O cheiro quente do café é que aquecia os ânimos e suplantava a sonolência dos moradores.
- e) De alguns quartos saíam mulheres que vinham pendurar a gaiola do papagaio.

18. A articulação entre os tempos e modos verbais da frase abaixo seguirá adequada caso se substituam as formas sublinhadas, na ordem dada, por:

De alguns quartos saíam mulheres que vinham pendurar a gaiola do papagaio.

- a) saíram — vieram
- b) sairiam — vieram
- c) saíram — viriam
- d) sairiam — viera
- e) saíssem — viessem

19. Está gramaticalmente correta a redação do seguinte comentário a respeito do texto:

- a) As pedras do chão, esbranquiçadas pela lavagem, no qual se acumulavam espumas secas, mostravam uma palidez grisalha e triste.
- b) O cheiro do café, junto com os sons dos animais e das crianças, compõem o quadro ruidoso e alegre que caracterizam o despertar do cortiço.
- c) Quando o cortiço desperta, suas portas e janelas se abrem, e os moradores, ainda sonolentos, retomam as conversas interrompidas na noite anterior.
- d) Enquanto os moradores se cumprimentavam de janela para janela, os papagaios, a semelhança dos donos, também se saudavam-se ruidosamente.
- e) É notável a vivacidade do cortiço ao amanhecer, aonde os sons, os cheiros e os movimentos dos moradores se misturavam numa atmosfera de vida coletiva intensa.

20. Entretanto, das portas surgiam cabeças congestionadas de sono. (4º parágrafo)

O termo sublinhado pode ser substituído, sem prejuízo para o sentido do texto, por:

- a) Portanto
- b) Assim
- c) Não obstante
- d) Porquanto
- e) Ademais

NOÇÕES DE LEGISLAÇÃO

Emerson Bruno

21. Entre as infrações listadas a seguir, a penalidade aplicável é a advertência ao membro do Ministério Público que tenha incorrido em falta comprovada, havendo, contudo, uma exceção. Assinale-a.

- a) Desobediência à ordem de caráter geral que tenha emanado do Procurador Geral de Justiça.
- b) Eventual atuação de forma negligente no exercício de suas funções.
- c) Desatendimento a pedido de informação, que emane de órgão do Ministério Público.
- d) Desobediência à determinação de caráter geral originada do Conselho Superior do Ministério Público.
- e) Infração à ética funcional, tratando com grave descortesia autoridade judiciária.

22. Levando em conta a estrutura organizacional do Ministério Público, no que se refere aos seus órgãos de administração superior, examine os itens a seguir:

- I. Procuradorias de Justiça.
- II. Procuradoria Geral de Justiça.
- III. Colégio de Procuradores de Justiça;
- IV. Centros de Apoio Operacional.
- V. Órgãos de Apoio Técnico e Administrativo.

Faz parte da administração superior:

- a) I, II e V, apenas.
- b) III, IV e V, apenas.

- c) II, III e IV, apenas.
- d) I, III, IV e V.
- e) II e III, apenas.

23. Aos membros do Ministério Público se aplicam as seguintes vedações, exceto:

- a) receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, honorários, percentagens ou custas processuais.
- b) exercer advocacia.
- c) exercer o comércio ou participar de sociedade comercial, exceto como cotista ou acionista.
- d) exercer, ainda que em disponibilidade, qualquer outra função pública, inclusive de Magistério.
- e) exercer atividade político-partidária, ressalvada a filiação e as exceções previstas em lei.

24. De acordo com a Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Alagoas, no que se refere ao regime das penalidades, assinale a alternativa incorreta.

- a) São penas disciplinares advertência, censura, suspensão por até 90 (noventa) dias, remoção compulsória, demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade.
- b) Enquanto perdurar, a suspensão acarretará a perda dos direitos e vantagens decorrentes do exercício do cargo, não podendo ter início durante as férias ou licença do infrator;
- c) A remoção compulsória poderá ser proposta por qualquer membro do Conselho Superior do Ministério Público, com fundamento na conveniência do serviço e no interesse público, assegurada ampla defesa.
- d) Fica assegurada ampla defesa aos membros do Ministério Público, no prazo de 5 (cinco) dias, prorrogável por igual período, a critério do Procurador Geral de Justiça, a partir da intimação pessoal do infrator, nos casos de faltas puníveis com as penas de advertência e censura.
- e) Constarão dos assentamentos funcionais dos membros do Ministério Público as penalidades administrativas que lhes tenham sido impostas.

25. De acordo com a Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Alagoas, no que se refere ao regime disciplinar, especialmente aos processos administrativos, assinale a alternativa incorreta.

- a) O processo administrativo compreende a sindicância e o inquérito administrativo, a serem instaurados sempre que a autoridade competente tiver conhecimento de irregularidade ou falta funcional praticada por membro do Ministério Público.
- b) Ao membro do Ministério Público sujeito a processo disciplinar, poderá ser concedida exoneração a pedido, antes da decisão final ou do cumprimento da pena porventura imposta.
- c) Reconhecida a inocência do indiciado, serão restabelecidos os direitos e vantagens atingidos pela suspensão preventiva.
- d) Instaura-se sindicância quando a falta funcional não se revelar evidente, por incerta a sua autoria ou importar aplicação de censura.
- e) Durante o processo administrativo, poderá o Procurador-Geral de Justiça afastar o indiciado do exercício do cargo, sem prejuízo de seus vencimentos e vantagens.

26. De acordo com o Regime Jurídico Único dos Servidores Cíveis do Estado de Alagoas, no que se refere às licenças, assinale a alternativa incorreta.

- a) Será concedida licença ao servidor apenas por motivo de doença em pessoa da família e para serviço militar.
- b) A licença concedida ao servidor por motivo de doença em pessoa da família será sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo por até 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogada por igual período, mediante parecer de junta médica; excedidos esses prazos, será concedida sem remuneração.
- c) É vedado o exercício de atividades remuneradas durante o período de licença por motivo de doença em pessoa da família.

d) A licença por motivo de doença em pessoa da família será precedida de exame por médico ou junta médica oficial.

e) Concluído o serviço militar, o servidor terá até 30 (trinta) dias sem remuneração para reassumir o exercício do cargo.

27. De acordo com o Regime Jurídico Único dos Servidores Cíveis do Estado de Alagoas, no que se refere às licenças, especialmente ao afastamento para exercício de mandato eletivo, assinale a alternativa incorreta.

- a) O servidor investido em mandato eletivo ou classista poderá ser removido ou redistribuído de ofício para localidade diversa daquela onde exerce o mandato.
- b) Ao servidor investido em mandato eletivo federal, estadual ou distrital, ficará afastado do cargo.
- c) Ao servidor investido em mandato eletivo de prefeito, será afastado do cargo, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.
- d) Ao servidor investido em mandato eletivo de vereador, havendo compatibilidade de horário, perceberá as vantagens de seu cargo, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo.
- e) Ao servidor investido em mandato eletivo de vereador, não havendo compatibilidade de horário será afastado do cargo, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.

28. De acordo com o Regime Jurídico Único dos Servidores Civis do Estado de Alagoas, no que se refere ao direito de petição, assinale a alternativa incorreta.

- a) É assegurado ao servidor o direito de requerer aos poderes públicos, em defesa de direito ou interesse legítimo.
- b) O requerimento será dirigido à autoridade competente para decidi-lo e encaminhado por intermédio daquela a que estiver imediatamente subordinado o requerente.
- c) Cabe pedido de reconsideração à autoridade que houver expedido o ato ou proferido a primeira decisão, não podendo ser renovado.
- d) Caberá recursos do indeferimento do pedido de reconsideração.
- e) O prazo para interposição de pedido de reconsideração ou de recurso é de 25 (vinte e cinco) dias, a contar da publicação ou da ciência, pelo interessado, da decisão recorrida.

29. De acordo com o Regime Jurídico Único dos Servidores Civis do Estado de Alagoas, no que se refere ao regime disciplinar, especialmente às proibições impostas aos servidores, assinale a alternativa incorreta.

- a) Ao servidor é proibido ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do Chefe
- a) imediato.
- b) Ao servidor é proibido retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição.
- c) Ao servidor é proibido cometer a outro servidor atribuições estranhas ao cargo que ocupa, mesmo em situações de emergência e transitórias.
- d) Ao servidor é proibido participar de gerência ou administração de empresa privada, de sociedade civil, ou exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista cotista ou comanditário;

e) Ao servidor é proibido atuar, como procurador ou intermediário, junto a repartições públicas, salvo quando se tratar de benefícios previdenciários ou assistenciais de parentes até o segundo grau e de cônjuge ou companheiro.

30. De acordo com o Regime Jurídico Único dos Servidores Civis do Estado de Alagoas, no que se refere ao regime disciplinar, especialmente as responsabilidades, assinale a alternativa incorreta.

- a) O servidor responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições.
- b) A responsabilidade civil decorre de ato omissivo ou comissivo, doloso ou culposo, que resulta em prejuízo ao erário ou a terceiros.
- c) Tratando-se de danos causados a terceiros, responderá o servidor perante a Fazenda Pública, em ação regressiva.
- d) A obrigação de reparar o dano estende-se aos sucessores e contra eles será executada, até o limite do valor da herança recebida.
- e) As sanções civis, penais e administrativas não poderão ser acumuladas.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**DIREITO CONSTITUCIONAL***João Trindade*

31. Considere que:

- I – Vercingetórix é membro do Ministério Público Estadual;
- II – Clotilde é juíza auditora militar;
- III – Clóvis é membro de Tribunal Regional do Trabalho;
- IV – Meroveu é Ministro do Tribunal Superior Eleitoral.

De acordo com as previsões constitucionais, podem integrar o Conselho Nacional de Justiça, como representantes das vagas atualmente ocupadas:

- a) Vercingetórix e Clóvis.
- b) todos.
- c) Clotilde e Clóvis.
- d) Clotilde, Clóvis e Meroveu.
- e) nenhum.

32. Não é função institucional do Ministério Público, conforme a Constituição:

- a) promover privativamente a ação penal pública e a ação civil pública, na forma da lei.
- b) promover a ação de inconstitucionalidade ou representação para fins de intervenção da União e dos Estados.
- c) defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas.
- d) exercer o controle externo da atividade policial, na forma de lei complementar.
- e) requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial, indicados os fundamentos jurídicos de suas manifestações processuais.

33. Pepino, eleitor registrado na comarca de Arapiraca, presenciou o proprietário de um prédio tombado pelo patrimônio histórico anunciar a demolição do edifício, sem obter a autorização de qualquer órgão público. Visando a manejar todas as ações cabíveis, procurou a assistência de um(a) advogado(a), que lhe recomendou ajuizar:

- a) Habeas corpus.
- b) Habeas data.
- c) Mandado de segurança.
- d) Mandado de injunção.
- e) Ação popular.

34. Compete aos Municípios, de acordo com a Constituição:

- a) legislar sobre proteção de dados pessoais.
- b) legislar sobre contratos.
- c) manter o serviço postal.
- d) suplementar a legislação federal e estadual, no que couber.
- e) manter relações com estados estrangeiros.

35. A Súmula Vinculante:

- I – Pode ser editada apenas pelo Supremo Tribunal Federal, de ofício ou por provocação;
- II – Exige o voto favorável da maioria absoluta dos membros do tribunal;
- III – Pode ser editada para tratar de matéria constitucional ou infraconstitucional;
- IV – Contra sua não aplicação, quando deveria ser aplicada, cabe reclamação.

Estão corretos, apenas:

- a) II e III.
- b) I, II e III.
- c) I e IV.
- d) II e IV.
- e) nenhum.

DIREITO ADMINISTRATIVO*Herbert Almeida*

36. Sobre a contratação direta na Lei nº 14.133/2021, assinale a opção correta:

- a) a inexigibilidade ocorre quando a lei autoriza a Administração a escolher discricionariamente entre licitar ou não licitar.
- b) a licitação dispensável é hipótese em que a competição é inviável, com rol exemplificativo.
- c) a contratação direta subdivide-se em inexigibilidade e dispensa de licitação, sendo a inexigibilidade fundada na inviabilidade de competição.
- d) a licitação dispensada possui decisão discricionária e aplica-se a diversos objetos, independentemente de previsão legal.
- e) as hipóteses de dispensa de licitação possuem rol exemplificativo, podendo o administrador criar novas situações.

37. Acerca dos contratos firmados pela Administração Pública, nos termos da Lei nº 14.133/2021, assinale a opção correta:

- a) contrato da Administração é espécie de contrato administrativo, aplicável apenas aos ajustes regidos predominantemente pelo direito público.
- b) contrato da Administração é gênero que abrange todos os contratos em que a Administração figura como parte, incluindo contratos privados da Administração e contratos administrativos.
- c) contrato administrativo é regido exclusivamente pelo direito privado, em relação de horizontalidade entre as partes.
- d) contratos privados da Administração não se submetem a restrições como licitação, forma escrita, publicidade ou finalidade pública.
- e) contratos administrativos são atos unilaterais da Administração, independentemente de acordo de vontades.

38. Sobre as diretrizes da LAI - Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), assinale a opção correta:

- a) o sigilo deve ser observado como preceito geral, admitida a publicidade apenas em casos excepcionais.
- b) os procedimentos previstos na Lei de Acesso à Informação destinam-se a assegurar o direito fundamental de acesso à informação e devem observar a publicidade como preceito geral e o sigilo como exceção.
- c) a divulgação de informações de interesse público depende sempre de solicitação individualizada do interessado.
- d) a utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação é vedada nos procedimentos de acesso à informação.
- e) o controle social da administração pública não integra as diretrizes da Lei de Acesso à Informação.

39. Acerca do conceito de dado pessoal sensível, nos termos da previsão na LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018), assinale a opção correta:

- a) é o dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural.
- b) é qualquer dado relativo a titular que não possa ser identificado, considerando meios técnicos razoáveis e disponíveis na ocasião de seu tratamento.
- c) é o conjunto estruturado de dados pessoais, estabelecido em um ou em vários locais, em suporte eletrônico ou físico.
- d) é toda operação realizada com dados pessoais, como coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso e reprodução.
- e) é a manifestação livre, informada e inequívoca pela qual o titular concorda com o tratamento de seus dados pessoais para qualquer finalidade genérica.

40. Acerca do regime jurídico administrativo, é correto afirmar que:

- a) é composto exclusivamente por normas de direito privado, aplicáveis à Administração em situação de horizontalidade perante o particular.
- b) resume-se às prerrogativas da Administração, inexistindo restrições especiais à sua atuação.
- c) aplica-se apenas às empresas estatais exploradoras de atividade econômica, por força do art. 173 da Constituição Federal.
- d) corresponde ao conjunto de prerrogativas e sujeições especiais que permitem, de um lado, o alcance da finalidade pública do Estado e, de outro, a preservação dos direitos fundamentais e do patrimônio público.
- e) afasta a incidência dos princípios da legalidade, moralidade e publicidade quando houver interesse público.

DIREITO PENAL

Renan Araujo

41. Analise as proposições abaixo no que concerne à aplicação da lei penal no tempo e à jurisprudência dos tribunais superiores:

- I – Segundo a orientação pacificada no Superior Tribunal de Justiça (STJ), é vedada a extração de partes mais benéficas de leis sucessivas para a criação de uma terceira norma (*lex tertia*), devendo o magistrado optar pelo diploma que, em sua integralidade, melhor favoreça o réu (teoria da ponderação unitária ou global).
- II – O fenômeno da *abolitio criminis* ocorre quando uma norma penal é revogada formalmente, mas o conteúdo proibitivo da conduta permanece em vigor ao ser deslocado para outro dispositivo legal.
- III – Atendendo aos requisitos de urgência e relevância, o Poder Executivo pode, por meio de Medida Provisória, criar figuras típicas e cominar sanções criminais, desde que não envolvam crimes hediondos.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) I
- b) I e II
- c) II
- d) II e III
- e) III

42. No dia 15 de janeiro de 2026, Ricardo praticou conduta tipificada como crime de resistência (art. 329 do CP) contra agentes de segurança pública. No curso da ação penal, exame médico-pericial constatou que o réu, em razão de perturbação de saúde mental existente à época do fato, não possuía plena capacidade de entender o caráter ilícito da conduta ou de determinar-se de acordo com esse entendimento. Diante desse quadro e das normas do Código Penal, Ricardo:

- a) será considerado inimputável e isento de pena, devendo o magistrado aplicar obrigatoriamente a internação em hospital de custódia.
- b) terá sua pena reduzida obrigatoriamente de um sexto a um terço, dada a sua condição de semi-imputável.
- c) será considerado imputável para fins de condenação, mas a perturbação mental operará como atenuante genérica na segunda fase da dosimetria.
- d) será absolvido propriamente por ausência de dolo, não lhe sendo aplicada qualquer espécie de sanção penal.
- e) não será isento de pena, mas fará jus a uma redução de um a dois terços, podendo o juiz substituir a sanção privativa de liberdade por medida de segurança.

43. Bernardo, técnico de refrigeração, foi contratado para realizar a manutenção preventiva dos aparelhos de ar-condicionado na residência de Gustavo. No primeiro dia de serviço, Bernardo subtraiu um *tablet* avaliado em R\$ 4.000,00. Quatro dias depois, retornando ao local para dar continuidade ao trabalho e valendo-se da mesma facilidade de acesso, subtraiu um par de tênis de colecionador, avaliado em R\$ 3.000,00. Por fim, passados mais seis dias, no dia do encerramento do contrato, aproveitou-se da ausência temporária do proprietário para subtrair uma câmera fotográfica profissional avaliada em R\$ 9.000,00. Diante do caso narrado e das normas do Código Penal sobre o concurso de crimes, é correto afirmar que houve a prática de três furtos em:

- a) continuidade delitiva, devendo ser aplicado o sistema da exasperação.
- b) concurso material de crimes, devendo ser aplicado o sistema do cúmulo material.
- c) concurso formal próprio, devendo ser aplicado o sistema da exasperação.
- d) continuidade delitiva, devendo o magistrado realizar a soma aritmética das penas.
- e) concurso formal impróprio, aplicando-se o sistema do cúmulo material benéfico.

44. Roberto, inconformado com o fim de seu relacionamento afetivo, decide tirar a vida de sua ex-companheira, Beatriz. Para a execução do plano, Roberto conta com o auxílio direto de seu amigo Cláudio, que ajuda a monitorar a rotina da vítima e participa ativamente do cerco a Beatriz no momento do crime. O assassinato é consumado no interior da residência da vítima, na presença física da filha dela, Sofia, de apenas 10 anos, que presencia toda a ação criminosa. Com base na situação descrita e disposições do Código Penal, assinale a alternativa correta:

- a) Roberto responderá por feminicídio qualificado pela emboscada, enquanto Cláudio responderá por

homicídio simples, pois a motivação de gênero é circunstância subjetiva incomunicável.

- b) Roberto e Cláudio responderão pelo crime de feminicídio, incidindo a causa de aumento de pena em razão de o delito ter sido praticado na presença de descendente da vítima.
- c) Por se tratar de crime de mão própria, apenas Roberto responderá por feminicídio, devendo Cláudio ser responsabilizado por homicídio qualificado pelo motivo torpe.
- d) Roberto e Cláudio responderão pelo crime de feminicídio, sem majorantes.
- e) Ambos responderão por homicídio qualificado pelo feminicídio, majorado.

LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL

Antônio Pequeno

45. Na Lei nº 13.869/2019 (Lei de Abuso de Autoridade) o tipo de ação penal de todos os crimes é ação penal pública incondicionada, entretanto, no caso de inércia do Ministério Público em promover ação penal no prazo legal, cabe a ação penal privada subsidiária da pública pelo prazo de

- a) 3 meses.
- b) 4 meses.
- c) 5 meses.
- d) 6 meses.
- e) 2 meses.

46. De acordo com a Lei dos Crimes Hediondos (Lei nº 8.072/1990), marque a alternativa abaixo que traga um crime que não é considerado rotulado como hediondo:

- a) Sequestro e o cárcere privado praticado contra criança ou adolescente.
- b) Tráfico de pessoas praticado contra criança ou adolescente.
- c) Posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso proibido.
- d) Homicídio qualificado.
- e) Tráfico de drogas.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Priscila Silveira

47. No âmbito do processo penal brasileiro, os recursos constituem instrumentos essenciais para a revisão das decisões judiciais, garantindo o duplo grau de jurisdição e a ampla defesa. Considerando as regras previstas na legislação processual penal sobre o tema, assinale a alternativa correta:

- a) É admissível a interposição de apelação contra decisão que concede ou denega ordem de habeas corpus.
- b) Ao receber recurso de apelação, o magistrado que proferiu a sentença poderá exercer juízo de retratação, alterando a decisão anteriormente prolatada.
- c) A apelação pode ser interposta tanto em relação à totalidade da decisão quanto de forma parcial, atingindo apenas parte do julgado.
- d) O prazo para interposição do recurso de apelação é de oito dias.
- e) As contrarrazões ao recurso em sentido estrito devem ser apresentadas no prazo de cinco dias.

48. No contexto do processo penal brasileiro, as prisões cautelares e as medidas cautelares diversas da prisão são disciplinadas pelo Código de Processo Penal como instrumentos destinados a assegurar a efetividade da persecução penal. Considerando essas disposições legais, assinale a alternativa correta:

- a) As medidas cautelares alternativas à prisão não podem ser aplicadas de forma conjunta pelo magistrado.
- b) A realização de prisão pode ocorrer em qualquer dia e horário, sem que se observem as limitações relacionadas à inviolabilidade do domicílio.
- c) No cumprimento de mandado de prisão, é vedado o uso de força em qualquer hipótese.
- d) Nos casos de infração afiançável, a ausência de apresentação do mandado de prisão impede a realização da prisão, devendo o agente aguardar sua exibição.
- e) O cumprimento de mandado de prisão poderá ser realizado por qualquer autoridade policial, inclusive fora da área de competência territorial do juiz que o expediu, desde que devidamente registrado.

49. No contexto das ações penais públicas condicionadas, a manifestação de vontade da vítima ou de seu representante legal é requisito essencial para o prosseguimento da persecução penal. À luz das normas aplicáveis a esse instituto, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Uma vez oferecida a denúncia, não é mais possível a retratação da representação, tornando-se ela definitiva.
- b) Como regra geral, o prazo para o exercício do direito de representação é de seis meses, contados a partir do momento em que o ofendido, ou quem o represente legalmente, tem ciência de quem foi o autor do fato.
- c) A representação pode ser realizada pelo próprio ofendido ou por meio de procurador com poderes específicos, mediante declaração escrita ou verbal, apresentada à autoridade competente, ao Ministério Público ou ao juízo.
- d) Nos crimes de ação penal pública condicionada, a instauração do inquérito policial depende, geralmente, da manifestação prévia da vítima.
- e) A representação exige forma específica prevista em lei, incluindo formalidades como reconhecimento de firma ou autenticação cartorial quando apresentada por documento particular.

50. No âmbito do processo penal, os sujeitos processuais exercem funções essenciais para a garantia do contraditório e da ampla defesa, sendo suas atuações disciplinadas pelo Código de Processo Penal. Com base nessas disposições legais, assinale a alternativa correta:

- a) Nenhum acusado será submetido a processo ou julgamento sem a presença de defensor, excetuando-se apenas a hipótese em que esteja em situação de fuga.
- b) Da decisão que admite ou rejeita o ingresso de assistente de acusação caberá recurso em sentido estrito, devendo o pedido e a respectiva decisão ser formalmente registrados nos autos.
- c) Não poderão atuar como peritos as pessoas que não saibam ler e escrever, bem como aquelas com idade inferior a 25 anos.
- d) A atuação da defesa técnica, quando exercida por defensor público ou nomeado pelo juízo, deverá ser sempre realizada por meio de manifestação devidamente fundamentada.
- e) O defensor está impedido de abandonar o processo sem motivo justificado e comunicação prévia ao magistrado, sob pena de aplicação de multa a ser fixada pelo juiz.

DIREITO CIVIL*Cadu Carrilho*

51. Roberto era proprietário de um terreno com acesso direto à via pública. Posteriormente, alienou a parte frontal do imóvel a Marina, conservando para si a área dos fundos. Com a divisão, a área remanescente de Roberto perdeu o acesso à via pública. Antes da alienação, Roberto eventualmente ingressava na área dos fundos por uma passagem existente em imóvel vizinho pertencente a Sérgio, sem que houvesse servidão regularmente constituída.

De acordo com o Código Civil, nessa situação,

- a) Roberto poderá exigir de Sérgio a manutenção da passagem, pois o uso anterior do imóvel vizinho torna obrigatória a continuidade do acesso.
- b) Marina deverá tolerar a passagem pela parte que adquiriu, caso a alienação parcial tenha feito a área remanescente perder o acesso à via pública.
- c) Roberto somente terá direito à passagem se comprovar posse de boa-fé sobre a área remanescente e justo título relativo ao acesso anteriormente utilizado.
- d) Sérgio deverá suportar a passagem se seu imóvel tiver menor valor econômico que o imóvel de Marina, ainda que este seja o caminho mais natural e fácil.
- e) Roberto poderá impor a passagem sem indenização, por se tratar de limitação legal ordinária ao direito de propriedade.

52. Durante caminhada em via pública, Laura foi mordida por um cão pertencente a Renato, que havia escapado do quintal da residência deste. Em ação indenizatória, Renato alegou que o animal era mantido habitualmente em local cercado, que não possuía histórico anterior de agressividade e que ele não teve participação direta no evento. Não foi demonstrada culpa de Laura nem ocorrência de força maior.

De acordo com o Código Civil, nessa situação,

- a) Renato não responde pelo dano, se comprovar que mantinha habitualmente o animal em local cercado.
- b) Renato somente responderá pelo dano se Laura demonstrar que o animal possuía histórico anterior de agressividade.
- c) Renato responde pelo dano causado pelo animal, pois não comprovada culpa da vítima nem força maior.
- d) Renato responde apenas se comprovada culpa grave na guarda do animal.
- e) Renato não responde pelo dano se demonstrar que não conduzia pessoalmente o animal no momento do ataque.

53. Em instrumento particular, Clara obrigou-se a pagar a Daniel a quantia de R\$ 40.000,00 em 15 de agosto de 2027. O contrato foi validamente celebrado, sem subordinar a eficácia da obrigação a evento futuro e incerto, limitando-se a estabelecer a data a partir da qual a prestação poderia ser exigida.

De acordo com o Código Civil, a estipulação inserida no contrato configura

- a) condição suspensiva, pois a aquisição do direito de crédito somente ocorrerá com a chegada da data indicada.
- b) termo inicial, de modo que Daniel já adquiriu o direito, embora seu exercício fique suspenso até a data ajustada.
- c) encargo, pois a data fixada constitui ônus imposto ao credor para que possa adquirir o direito.
- d) condição resolutiva, pois a chegada da data indicada extingue automaticamente o direito de crédito.
- e) condição puramente potestativa, pois a eficácia do negócio foi deixada ao exclusivo arbítrio de uma das partes.

54. Após a celebração de contrato bilateral de fornecimento, a sociedade Alfa obrigou-se a entregar determinados equipamentos a Beta no prazo de 90 dias. Pelo contrato, Beta deveria realizar o pagamento antes da entrega. Antes do vencimento da obrigação de Beta, sobreveio grave diminuição patrimonial de Alfa, capaz de tornar duvidoso o cumprimento da entrega prometida, sem que Alfa oferecesse garantia suficiente.

De acordo com o Código Civil, nessa situação, Beta

- a) deverá realizar o pagamento, pois a recusa ao cumprimento da própria prestação somente é admitida depois do inadimplemento definitivo de Alfa.
- b) poderá resolver automaticamente o contrato, independentemente de cláusula resolutiva, notificação ou medida judicial.
- c) poderá recusar-se a realizar o pagamento até que Alfa satisfaça a obrigação que lhe compete ou dê garantia bastante de satisfazê-la.
- d) somente poderá suspender o pagamento se comprovar que a diminuição patrimonial de Alfa decorreu de dolo ou culpa grave.
- e) poderá recusar definitivamente o pagamento, ainda que Alfa posteriormente ofereça garantia bastante de cumprimento.

LEGISLAÇÃO CIVIL ESPECIAL

Paulo Sousa

55. Antônio, com 81 anos, beneficiário de plano de saúde, foi internado em hospital particular para procedimento cirúrgico. A operadora informou que poderia reajustar sua mensalidade exclusivamente em razão da idade avançada e o hospital recusou a permanência de acompanhante, alegando regra interna aplicável a todos os pacientes internados.

Nos termos da Lei nº 10.741/2003, é correto afirmar que:

- a) o reajuste por idade é válido, desde que previsto contratualmente, e o acompanhante depende de autorização expressa do médico responsável.
- b) o reajuste por idade é vedado, mas a presença de acompanhante pode ser recusada pelo hospital quando houver norma interna geral.
- c) o reajuste por idade é vedado, e a pessoa idosa internada tem direito a acompanhante, devendo o órgão de saúde justificar eventual impossibilidade.
- d) o reajuste por idade é permitido após os 80 anos, mas a internação hospitalar garante acompanhante em qualquer hipótese.
- e) o reajuste por idade é vedado apenas nos planos coletivos, e o acompanhante somente é obrigatório em hospitais públicos.

56. Clara, proprietária de imóvel urbano regularmente matriculado, celebrou compromisso de compra e venda sem cláusula de arrependimento com Marcos. Antes da lavratura da escritura definitiva, Clara realizou uma construção no terreno e, posteriormente, alterou seu nome em razão de casamento. O interessado apresentou os documentos ao Registro de Imóveis competente.

Nos termos da Lei nº 6.015/1973, é correto afirmar que:

- a) o compromisso de compra e venda, a construção e a alteração do nome devem ser objeto de registro na matrícula.
- b) o compromisso de compra e venda deve ser averbado, enquanto a construção e a alteração do nome devem ser registradas.
- c) a construção deve ser registrada, enquanto o compromisso de compra e venda e a alteração do nome devem ser averbados.
- d) o compromisso de compra e venda deve ser registrado, enquanto a construção e a alteração do nome devem ser averbadas.
- e) os três atos devem ser apenas averbados, pois nenhum deles transfere imediatamente a propriedade do imóvel.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Giulian Salvador

57. No curso de ação indenizatória ajuizada perante a justiça estadual, a União requereu seu ingresso no feito como assistente simples da parte ré. O magistrado estadual entendeu que a presença do ente federal não alteraria a competência da causa, pois já havia sido apresentada contestação e produzida prova pericial. À luz do Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015), assinale a alternativa correta.

- a) a competência fixa-se no momento da citação, razão pela qual a intervenção posterior da União não altera a competência do juízo.
- b) a remessa dos autos à justiça federal somente ocorrerá se a União ingressar como parte principal, não se aplicando a terceiros intervenientes.
- c) havendo interesse da União, os autos devem ser remetidos ao Superior Tribunal de Justiça para definição da competência.
- d) a remessa dos autos ao juízo federal dependerá de provocação expressa da União e concordância da parte contrária.
- e) tramitando o processo perante outro juízo, os autos serão remetidos ao juízo federal competente se nele intervier a União, suas autarquias, fundações ou empresas públicas, na qualidade de parte ou terceiro interveniente, ressalvadas as hipóteses legais excepcionais.

58. Em determinada demanda possessória imobiliária, o autor ajuizou a ação no foro de eleição previsto contratualmente entre as partes, apesar de o imóvel situar-se em comarca diversa. O réu alegou incompetência absoluta do juízo. À luz do Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015), assinale a alternativa correta.

- a) a ação possessória imobiliária deve ser proposta no foro da situação da coisa, cujo juízo possui competência absoluta.
- b) o foro de eleição prevalece sobre a competência territorial referente às ações possessórias imobiliárias.
- c) a competência territorial em ações possessórias é relativa e depende de alegação do réu em preliminar de contestação.
- d) as partes podem modificar a competência em razão da matéria e da função mediante convenção processual expressa.
- e) a competência para ações possessórias imobiliárias será fixada pelo domicílio do réu quando houver cláusula contratual de eleição de foro.

59. Em ação antecedente de tutela antecipada, o juiz deferiu liminarmente a medida requerida. O réu, embora intimado, deixou de interpor o recurso cabível. Após a extinção do processo, o autor sustentou que a decisão havia transitado em julgado material. Considerando o regime da tutela provisória previsto no Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015), assinale a alternativa correta.

- a) a ausência de recurso transforma automaticamente a tutela antecipada antecedente em decisão definitiva acobertada pela coisa julgada material.
- b) a tutela antecipada estabilizada conserva seus efeitos, mas não faz coisa julgada material.
- c) a estabilização da tutela impede o ajuizamento de ação revisional pelas partes.
- d) o direito de rever a tutela estabilizada é imprescritível, dada a ausência de sentença de mérito.
- e) a tutela estabilizada somente poderá ser revista mediante ação rescisória.

60. Durante a tramitação de processo cível, verificou-se que o magistrado havia atuado anteriormente na mesma causa como membro do Ministério Público, antes de ingressar na magistratura. A parte autora alegou suspeição do juiz. À luz do regime jurídico dos impedimentos e suspeições previsto no Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015), assinale a alternativa correta.

- a) a hipótese caracteriza mera suspeição subjetiva, dependendo da demonstração concreta de prejuízo processual.
- b) o impedimento somente se configura caso o magistrado tenha proferido parecer conclusivo quando membro do Ministério Público.
- c) a atuação anterior como membro do Ministério Público gera suspeição relativa, sujeita à preclusão.
- d) há impedimento do juiz que atuou anteriormente no processo como membro do Ministério Público.

e) a atuação pretérita do magistrado no feito constitui irregularidade sanável mediante concordância expressa das partes.

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
